

TERRITÓRIOS E AGROFLORESTAS EM REDE



I SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
DA REGIÃO SUL

II SEMINÁRIO DAS AGROFLORESTAS III

SEMINÁRIO DAS FRUTAS NATIVAS DO RS

III SEMINÁRIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL III

NHEMBOATY MBYA KUERY: TEKÓ OJEVI ANGUA REGUA, YY E'Ë REGUA

PESCA ARTESANAL E BIODIVERSIDADE- IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NO LITORAL RS

RESUMOS EXPANDIDOS e RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

13 a 16 de Julho de 2016
Osório/RS



ANAIS

TERRITORIOS E AGROFLORESTAS EM REDE

I Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região Sul

II Seminário das Agroflorestas do RS

III Seminário de Frutas Nativas do RS

III Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ëregua
Pesca Artesanal e Biodiversidade- Impactos Sociais e Econômicos no
Litoral RS

III Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia

PORTO ALEGRE
OUTUBRO, 2018

Comissão Organizadora

Ana Paula Dihl Pioner
Andréia Vigolo Lourenço
Andressa Ramos Teixeira
Arthur Fragoso Etges
Brizabel Müller da Rocha
Carolina Silveira Costa
Dina Ferreira de Souza
Grégori Heck Turra
Isabel Cristina Gouvea de Borba
Jenifer Dias Ramos
Leonardo Medeiros de Jesus
Lucas da Rocha Ferreira
Mariana Proença
Natany Meregalli Schreiber
Sammer Maravilha Chagas Gilio Dias
Tatiana Mota Miranda

Pareceristas

Dra. Ana Elisa de Castro Freitas
Dra. Daniela Garcez Wives
Dra. Fabiana Thomé da Cruz
Dr. Fabio Dal Soglio
Dra. Gabriela Coelho-de-Souza
Dr. Joel Henrique Cardoso
Dra. Liliani Marília Tiepoldo
Dr. Marcos Claudio Signorelli
Dr. Ricardo Silva Pereira Mello
Dra. Rumi Regina Kubo
Dra. Tatiana Mota Miranda
Dr. Walter Steenbook

Coordenação geral

Dra. Gabriela Coelho de Souza, Dra. Tatiana Mota Miranda, Dra. Rumi Regina Kubo, Dr. Fábio Dal Soglio.

Organizadores

Gabriela Coelho-de-Souza
Rumi Regina Kubo
Fábio Dal Soglio
Tatiana Mota Miranda
Ana Elisa de Castro Freitas
Daniela Garcez Wives
Fabiana Thomé da Cruz
Joel Henrique Cardoso
Liliani Marília Tiepoldo
Marcos Claudio Signorelli
Ricardo Silva Pereira Mello
Walter Steenbook

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANAIS

TERRITÓRIOS E AGROFLORESTAS EM REDE

- I Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região Sul
II Seminário das Agroflorestas do RS
III Seminário de Frutas Nativas do RS
III Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ëregua
Pesca Artesanal e Biodiversidade- Impactos Sociais e Econômicos no Litoral RS
III Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia

OSÓRIO

13 a 16 de julho de 2016

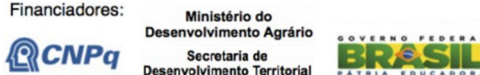
Organizadores:



Apoiadores:



Financiadores:



Elaboração da capa: Angélica Cristina da Siqueira

Logotipo Territórios e Agroflorestas em Rede: Estela Santos

Apoio de edição de layout: Viviane Camejo Pereira, Natany Meregalli Schreiber

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Territórios e agroflorestas em rede / Gabriela Coelho-de-Souza et al. (org.). --
Porto Alegre: UFRGS, 2018.

208 p.: il. -- (Anais do I Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região Sul; II Seminário das Agroflorestas do RS; III Seminário de Frutas Nativas do RS; III Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy angua regua, Pesca Artesanal e Biodiversidade - Impactos Sociais e Econômicos no Litoral RS; III Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia)

ISBN 978-85-66094-56-5 (e-book)

1. Seminários. 2. Desenvolvimento territorial. 3. Agroflorestas. 4. Etnobiologia. I. Coelho-de-Souza, Gabriela. II. Título.

CDU 631.147

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Todos os textos destes Anais, embora tenham sido arbitrados pelos pareceristas do evento, são de inteira responsabilidade dos autores.



Territórios e Agroflorestas em Rede

I Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região Sul
III Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia
III Seminário de Frutas Nativas do RS
II Seminário das Agroflorestas do RS
III Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ëregua

O licenciamento da queima de campo nativo como ação de desenvolvimento territorial nos campos de cima da serra

BOZIKI, Damiane¹; BUFFON, Iuri², TEIXEIRA, Andressa Ramos³, COELHO-DE-SOUZA, Gabriela⁴;

¹Assessora Territorial Campos de Cima da Serra (UFRGS/MDA) Mestranda em Sustentabilidade e Ambiente (UERGS), dammyy@gmail.com ; ² (UERGS) iuribuffon@gmail.com ; ³Assessoria Territorial Campos de Cima da Serra (UFRGS/MDA), andressart@gmail.com; ⁴ Pesquisadora do NESAN- Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; NIPEDETE - Núcleo Interinstitucional de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Etnoecologia (UERGS/PGDR/UFRGS); gabriela.coelho@pq.cnpq.br

Resumo

A definição das políticas públicas de desenvolvimento, das estruturas de governo regional e dos processos de planejamento e gestão requer o envolvimento do poder público e da sociedade civil. A política de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial. O Território Rural Campos de Cima da Serra está localizado no nordeste do Rio Grande do Sul e foi reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir de 2013, o mesmo é composto por 13 municípios. Dentre as instâncias de gestão do Território encontram-se as câmaras temáticas, as quais são responsáveis por tratar de assuntos mais técnicos referentes ao Território. Dentre as 6 câmaras a temáticas, encontra-se a câmara temática socioambiental, a qual tem um dos objetivos discutir o manejo dos campos através da queima de campo controlada. Esta prática tradicional, vinculada ao longo do tempo vem se perdendo devido a restrições legais. Desta forma para se tentar chegar a um consenso em relação às formas de viabilizar avanços neste processo de licenciamento, em janeiro de 2016 foi realizada uma reunião da Câmara temática Socioambiental juntamente com a SEMA e UERGS para discutir estratégias conjuntas para esta temática. Nesta reunião foram estabelecidos acordos para a realização de um plano piloto para utilização do programa de monitoramento por satélite das licenças emitidas na Área de Proteção Ambiental- APA Rota do Sol. Assim como proposto ao município de São Francisco de Paula, a utilização deste programa de monitoramento no processo de licenciamento municipal, tendo em vista a grande dificuldade do município em monitorar as licenças devido à grande extensão área do município e número reduzidos de técnicos.

Palavra chave: Desenvolvimento Territorial, Câmara Temática, Socioambiental, Queima de Campo, Unidades de Conservação



Territórios e Agroflorestas em Rede

I Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região Sul
III Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia
III Seminário de Frutas Nativas do RS
II Seminário das Agroflorestas do RS
III Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ëregua

Contexto

As articulações para o desenvolvimento de regiões, seja em países, estados, ou frações subnacionais, identificadas também como territórios, estão ocorrendo, gradativamente, mediante a descentralização política-administrativa dos processos de planejamento e gestão territorial. A definição das políticas públicas de desenvolvimento, das estruturas de governo regional e dos processos de planejamento e gestão requer o envolvimento do poder público e da sociedade civil, atuando em diferentes espaços de organização social através de diversos instrumentos e mecanismos de participação (BUTTENBENDER *et al*, 2011). No Brasil as experiências e estudos voltados para o desenvolvimento territorial começaram a ganhar força a partir de 1980, onde o país se encontrava em um contexto histórico de crise econômica e de reformas liberais (DANTAS E COSTA, 2014).

O Rio Grande do Sul é um Estado pioneiro nessas iniciativas por meio da implementação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, em 1994, onde, a estrutura institucional, os mecanismos de participação social, as formas de encaminhamento das demandas regionais, e a maturidade dos processos e relação entre o governo e sociedade foram sendo aperfeiçoados ao longo do tempo (BUTTENBENDER *et al*, 2011). Em 2003 através da SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) iniciou a política de “promoção de desenvolvimento dos territórios rurais”, considerando que esses são “espaços de integração, articulação e concentração da diversidade social, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas que nele se manifestam” Hoje, no Brasil existem 243 territórios (Territórios da Cidadania e Territórios Rurais), entre estes, 18 estão localizados no Rio Grande do Sul. O Território Rural Campos de Cima da Serra está localizado no nordeste do Rio Grande do Sul e foi reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir de 2013, o mesmo é composto por 13 municípios: Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Canela, Caxias do Sul, Ipê, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, São Marcos e Vacaria.

A política de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial. Implantado em 2008, este programa envolve a atuação integrada de 22 ministérios e órgãos do Governo Federal com estados, municípios e sociedade civil. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável em regiões com baixo dinamismo econômico, especialmente no meio rural. Sua estrutura e modelo baseiam-se na formação de uma instância local de mobilização denominado de Colegiado Territorial, onde o Estado e sociedade planejam e geram as políticas públicas conjuntamente.

Dentre as instâncias de gestão do Território podemos destacar: as plenárias (de caráter deliberativo e consultivo composta pela totalidade das representações que integram o colegiado), núcleo diretivo (de caráter diretivo e técnico de



Territórios e Agroflorestas em Rede

I Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região Sul
III Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia
III Seminário de Frutas Nativas do RS
II Seminário das Agroflorestas do RS
III Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ëregua

articulação de arranjos institucionais formados para permitir a execução do planejamento), núcleo técnico (espaço de apoio técnico ao processo de planejamento, elaboração e gestão do processo de desenvolvimento), câmaras temáticas e comitês setoriais (instâncias que contribuem para mobilizar e articular os atores territoriais para discussão e condução de temáticas específica. Para tentar dinamizar as discussões e as demandas dentro do colegiado no dia 15 de outubro de 2015 foram criadas 6 câmaras temáticas: Agroecologia, Cooperativismo e Mercados Institucionais, Atividades não Agrícolas, Agroflorestas, Juventude, Pecuária Familiar e Socioambiental.

Na Câmara Temática Sociambiental está sendo discutido especificamente o manejo de campo nativo e Unidades de Conservação. Esta câmara vem sendo trabalhada nos municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São José dos Ausentes e São Francisco de Paula, devido a predominância dos campos de altitude, esta região se constitui em mosaicos de campos e florestas mistas, com presença de araucárias, solos rasos e teores elevados de acidez, o que lhes confere uma baixa fertilidade. Predominam, nesta microrregião, a pecuária familiar, caracterizada por criações de bovinos de corte e, em menor grau, por ovinos. A região é reconhecida pela produção do queijo serrano, produzido a partir do leite cru de vacas de dupla aptidão – carne e leite. O manejo dos campos nativos ainda é realizado, em sua maioria, com o uso do fogo para a realização da “queima do campo”, uma prática utilizada para facilitar a brotação dos campos na saída do inverno.

A queima de campo é uma prática secular principalmente na Região dos Campos de Cima da Serra que se institucionalizou ao longo do tempo no Rio Grande do Sul, como uma forma de facilitar o rebrote dos campos na saída do Inverno. De acordo com Bristot (2001), durante os meses de setembro a abril, os campos assumem uma coloração verde, derivada de um manejo de pastagens denominada “queimada controlada”. De acordo com autor referenciado, esta prática pode ter sido iniciada com a chegada dos primeiros colonizadores e grandes fazendeiros, provenientes de São Paulo (Sorocaba) e de Santo Antônio da Patrulha, a partir da segunda metade do século XVIII e, que se perpetuou através dos tempos sem qualquer interrupção.

A principal cobertura destes campos ou pastagem nativa, como é comumente denominada, é constituída pelo capim caninha. Este capim, após a “queimada controlada”, de acordo com Bristot (2001), rebrota durante os meses de agosto e setembro e vai formar a base da alimentação animal durante os períodos de primavera/verão.

Relato da Experiência

Esta prática tradicional, vinculada ao longo do tempo vem se perdendo devido a restrições legais, tendo em vista que as pessoas não fazem mais o manejo da forma tradicional com medo de serem autuados, ou seja, queimam em condições adversas (muitas vezes em dia de vento) não monitoram a queimada o que muitas



Territórios e Agroflorestas em Rede

I Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região Sul
III Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia
III Seminário de Frutas Nativas do RS
II Seminário das Agroflorestas do RS
III Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ëregua

vezes acaba resultando no fogo em áreas onde não deveriam ser queimadas como, por exemplo, áreas de preservação permanente.

Em alguns municípios dos Campos de Cima da Serra este conflito tem se intensificado devido à existência de Unidades de Conservação, as quais não são permitidos o manejo do campo nativo através da “queima de campo”, inclusive em unidades de conservação em que um dos objetivos principais é a conservação do campo nativo. De acordo com Behling *et al* (2009), a supressão do pastoreio e do fogo nas áreas de conservação, que possuem um mosaico de campo-floresta, deveriam ser considerados, pois resultados mostram que a diminuição destes distúrbios causam uma expansão florestal. Ainda, segundo o autor, os campos merecem ser conservados e não ser condenados à extinção, simplesmente porque são ecossistemas que não correspondem ao clima atual e, por isso, dependem da intervenção humana para serem mantidos.

Diante deste conflito, em 2010, o Sindicato Rural de São Francisco de Paula ajuizou ação contra o Estado do Rio Grande do Sul para que seus associados realizem a queima do campo - utilização do fogo para a limpeza e renovação de pastagens. Em agosto de 2010, o Juiz de Direito local concedeu parcialmente a liminar solicitada, determinando que o órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente efetive a licença ambiental, não podendo negá-la com base no art. 28 do Código Florestal Estadual. Posteriormente o estado recorreu da decisão. Em 2011, ao julgar o recurso do Estado, o desembargador considerou que *“a queima dos campos é prática imemorial nas regiões de gado e apresenta motivo relevante. Porém, a manutenção da geada sobre o campo retarda a quebra da dormência que é o despertar da natureza na primavera e, por conseguinte, retarda a formação de pastagens novas e naturais para alimentar o gado, que é a função social da propriedade.”* Ainda segundo o desembargador, *o Código Florestal Estadual não pode admitir o uso de fogo apenas com objetivos fitossanitários (eliminação de pragas e doenças) - onde existe o fato, isto é, a prática, devendo a lei estadual disciplinar o seu exercício.*

Dentro deste contexto, em 2012, foi Sancionada a Lei 13.931 autoriza o uso do fogo controlado para combate de pragas e plantas invasoras, em áreas rurais irregulares, onde não é possível a mecanização. Porém o Ministério Público e a Secretária do Meio Ambiente do Estado (SEMA) questionam este licenciamento por entender que os municípios não têm autonomia para esta finalidade que, segundo esses órgãos, não é entendido como impacto local. Tendo em vista este entrave, em que por um lado, a legislação permite a “queima controlada” através de licenciamento ambiental, por outro, não se consegue chegar ao um consenso de qual órgão deve fazer o processo de licenciamento. Em 15 de outubro de 2015 em reunião do Colegiado de desenvolvimento Territorial CODETER, o tema foi amplamente debatido juntamente com o pesquisador da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) o qual desenvolveu um sistema de monitoramento de queimadas utilizando imagens de satélite, a qual pode contribuir para o processo de licenciamento ambiental (principalmente no monitoramento das licenças). Foi também convidado um representante da SEMA para tentar chegar ao entendimento de qual seria a melhor forma de resolver este impasse. Segundo o representante da



Territórios e Agroflorestas em Rede

I Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região Sul
III Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia
III Seminário de Frutas Nativas do RS
II Seminário das Agroflorestas do RS
III Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ëregua

SEMA o uso do fogo para renovação de pastagens ainda é um tema que gera bastante discussão quanto a liberação e a proibição mesmo na academia existindo divergências de legislações. A SEMA entende que a competência de licenciamento não deva ser do município. E ainda, que os campos estão dentro do bioma Mata Atlântica, e que a Lei da Mata Atlântica não fala nada sobre licenciamento de queima de campo. A resolução 288/2014 do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA repassa aos municípios o licenciamento de impacto local, no entanto, a SEMA não entende que o licenciamento da queima de campo seja de fato de impacto local. Diante de todo o exposto a Câmara Temática Socioambiental ficou responsável em articular juntamente com SEMA a possibilidade de um plano piloto para o monitoramento do uso do fogo através do programa desenvolvido pelo pesquisador da UERGS

Resultados

Tendo em vista o reconhecimento da importância da diversidade de atores e a especificidades dentro do território para a formulação de políticas de desenvolvimento, sendo estas muitas vezes vinculadas a um contexto histórico específico, reconhece-se que essas diversidades podem ser potencializadas, através ações que apreciem a organização dessas temáticas em torno de objetivos comuns pactuados, entre a sociedade civil e o poder público, contribuindo com um processo de desenvolvimento sustentado. Desta forma para se tentar chegar a um consenso em relação às formas de viabilizar avanços neste processo de licenciamento, em janeiro de 2016 foi realizada uma reunião da Câmara temática Socioambiental juntamente com a SEMA e UERGS para discutir estratégias conjuntas para esta temática. Nesta reunião foram estabelecidos acordos para a realização de um plano piloto para utilização do programa de monitoramento por satélite das licenças emitidas na Área de Proteção Ambiental- APA Rota do Sol. Foi também discutido a possibilidade de posteriormente ser pensando como proposta ao Conselho Municipal de Meio Ambiente de São Francisco de Paula, a utilização deste programa de monitoramento no processo de licenciamento municipal, tendo em vista a grande dificuldade do município em monitorar as licenças devido a grande extensão área do município e numero reduzidos de técnicos.

Referencias bibliográficas

BEHLING, Hermann; JESKE-PIERUSCHKA, Vivian; SCHULER, Lisa & PILLAR, Valério De Patta. Dinâmicas dos Campos Sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR, Valério de Patta; MULLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza & JACQUES, Aino Victor Ávila (Edit.). **Campos Sulinos: Conservação e uso Sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. P.13-25
BRISTOT, A. Planalto das Araucárias- um ecossistema em perigo de extinção? **Agroecologia e desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, v. 2, n. 4, Out/Dez.2001
BUTTENBENDER, Pedro Luis; SIEDENBERG, Dieter Rugar; ALLEBRANDT, Sergio Luis. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento-COREDES/RS:**



Territórios e Agroflorestas em Rede

I Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região Sul
III Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia
III Seminário de Frutas Nativas do RS
II Seminário das Agroflorestas do RS
III Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ëregua

Articulações Regionais, Referencia estratégicos e Considerações Críticas.

Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA. 2011

DANTAS, Rafael Maximiano; COSTA, Michele Pereira. **Territórios Rurais no Brasil e suas Estratégias de Desenvolvimento.** I Simpósio de Geografia. Universidade Federal de Alfenas- MG. 2014

RIO GRANDE DO SUL, 2011 Queima de Campo em São Francisco de Paula poderá ser autorizada pelo órgão ambiental. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/noticias/2656077/queimada-de-campo-em-sao-francisco-de-paula-podera-ser-autorizada-pelo-orgao-ambiental>

Acesso em: 01 de abril de 2018

RIO GRANDE DO SUL, 2012. Lei Estadual n. 13931 de janeiro de 2012. Altera a Lei nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992, que institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em:

http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=16489&Texto.

Acesso em 01 de Abril de 2018.